

A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: UM ENSAIO ACERCA DAS IDEIAS DE BELL HOOKS

283

Aparecida Dias Terras Gomes¹

Roselita Soares de Faria²

Resumo

Educação antirracista precisa ser pauta de discussão de toda a equipe escolar e sociedade, pois o racismo é prejudicial aos estudantes. Contudo, é possível desenvolver uma nova abordagem: a discussão do tema com vistas a mitigá-lo. Problematizar reflexões pedagógicas sobre as questões étnico-raciais, sobretudo na escola, em que o foco deveria ser criar elos de solidariedade. As ideias de hooks embasarão este trabalho, a fim de emancipar os alunos. Percebe-se, a partir deste ensaio, que: a) o uso da teoria transgressora poderá fortalecer a empatia com o outro na hora de expressar suas ideias; b) debater a educação antirracista poderá produzir impactos holísticos na formação do aluno; c) estudar literaturas antirracistas permitirá ao aluno se desenvolver criticamente como agente escolar. Construir a educação antirracista poderá ser uma atividade exitosa por agregar valores até mesmo para os racistas mais radicais, tornando-se uma estratégia pedagógica de valor para o aluno e professor.

Palavras-chave

Educação antirracista. Teoria transgressora. Estratégia pedagógica.

Recebido em: 15/03/2021
Aprovado em: 31/05/2021

¹ Especialista em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Professora da Rede Estadual do Espírito Santo no CEEFMTI “Manoel Duarte da Cunha” e-mail: cidaterras@hotmail.com.

² Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Básica. Professora da Rede Municipal de Belo Horizonte na E. M. “Gracy Vianna Lage” e-mail: rfroselita36@gmail.com.

THE CONSTRUCTION OF AN ANTI-RACIST EDUCATION: AN ESSAY ABOUT IDEAS OF BELL HOOKS

Abstract

Anti-racist education needs to be discussed by the whole school staff and society, because racism is harmful to students. However, it is possible to develop a new approach: the discussion of the theme in order to mitigate it. To problematize pedagogical reflections on ethno-racial issues, especially at school, where the focus should be on creating links of solidarity. Hooks' ideas will ground this work, in order to emancipate the students. It can be seen from this essay that: a) the use of transgressive theory can strengthen empathy with others when expressing their ideas; b) discussing anti-racist education can produce holistic impacts on the student's formation; c) studying anti-racist literature will allow the student to develop critically as a school agent. Building anti-racist education can be a successful activity for adding values even for the most radical racists, becoming a pedagogical strategy of value for the student and teacher.

Keywords

Anti-racist education. Transgressive theory. Pedagogical strategy.

INTRODUÇÃO

A construção de uma educação escolar mais humanista é extremamente necessária para o despertar de uma sociedade antirracista. Durante muito tempo o aluno foi oprimido por meio de uma educação bancária e conteudista em que ele não podia manifestar seus interesses e opiniões sem ser reprimido pelo professor. Havia uma separação entre professor e aluno. Este último era visto como inferior e passivo que em nada poderia contribuir para a aprendizagem em sala de aula.

O novo cenário educacional tem como base uma escola em tempo integral, em que o sujeito é levado a vivenciar práticas protagonistas para sua formação holística. Nessa instituição não cabem pensamentos retrógrados e opressores, muito pelo contrário, espera-se estimular no aluno ideias reflexivas que ultrapassem a realidade outrora vivenciada.

Como desenvolver uma educação que entenda o aluno e que o faça refletir de forma a mitigar os desafios que a sociedade impõe é o que se pretende neste ensaio. É preciso aprender a transgredir com o modelo de educação bancária (FREIRE, 2018) de forma radical, a fim de avançar em algumas esferas da vida estudantil. Para que isso aconteça é fundamental romper com certos paradigmas racistas. Considerando este desafio, este artigo propõe: a) apresentar as ideias de transgressão da professora bell hooks, b) conhecer a lei 10.639/03 e a sua aplicabilidade, c) investir na formação de professor antirracista para os desafios escolares, d) discutir de que forma se constrói uma educação antirracista.

A escolha dessa temática se faz importante porque não se pode pensar em um ambiente escolar inclusivo e humanista que se mantenha como espaço de opressão, de julgamento, de exclusão, de preconceito. A escola precisa atrair, incluir, agregar seus alunos, a fim de prepará-los e contribuir para o exercício da cidadania.

Em primeiro lugar, far-se-á uma breve análise das ideias de transgressão de bell hooks, contidas no livro *Ensinando a transgredir - a educação como*

prática da liberdade (2013). Em segundo lugar, apresentar-se-á a lei 10.639/03 e a sua aplicabilidade. Em terceiro lugar, debater-se-á acerca da importância da formação de professores. Em quarto e último lugar, discutir-se-á sobre a questão da construção de uma educação antirracista no ambiente escolar. Em seguida, serão feitas as considerações finais acerca dessa importante autora para a educação libertadora, com o intuito de transformar o aluno em um jovem protagonista, autor de sua própria história e construtor de seu projeto de vida.

METODOLOGIA

Para tal, elegeu-se como base teórica as reflexões da professora e escritora, bell hooks, em especial a categoria crítica e sua interface com uma educação transgressora/radical como prática da liberdade, assim como, pelo viés de reflexões pedagógicas que nascem da interação entre as pedagogias engajada, crítica e feminista, o que lhe permite questionar as parcialidades que reforçam os sistemas de dominação.

Em função disso, este trabalho é de cunho qualitativo, portanto, para a obtenção das informações foi realizada uma pesquisa documental e revisão de literatura. Assim, contará, sobretudo, com a ajuda de alguns estudiosos da área da educação: bell hooks (2013), Paulo Freire (2018, 2020), Munanga (2008) para contribuir com o debate, motivar o diálogo docente e discente sobre a temática e estimular futuras investigações. Em outras palavras, o presente trabalho não possui a pretensão de apontar alguma solução definitiva para as questões destacadas perante a crise do ensino brasileiro vigente no que diz respeito à problemática do racismo. Ao contrário, o que se almeja é fomentar a reflexão crítica sobre as diferentes perspectivas pelas quais se vislumbram alternativas de enfrentamento e superação do cenário racista, principalmente, levando a conhecer as contribuições de bell hooks no diálogo com a Lei 10639/03 e a realidade da educação brasileira.

1 NOTAS SOBRE O PENSAMENTO DE BELL HOOKS

Apresentar as ideias que levam o sujeito à reflexão acerca dos preconceitos sofridos e praticados no ambiente escolar têm se tornado cada vez mais urgente, pois visualizar práticas racistas e nada fazer é o mesmo que oprimir o oprimido. Infelizmente, a escola é uma instituição em que se verifica muita violência e opressão, que muitas vezes, passam despercebidas devido ao mito da democracia racial, isto é, à cultura de que no Brasil não há racismo.

É em função disso que Gloria Jean Watkins nascida em Hopkinsville, 25 de setembro de 1952, mais conhecida pelo pseudônimo, bell hooks, começou a transgredir desde muito cedo quando ainda era estudante. Desenvolveu e desenvolve uma literatura de engajamento e denúncia social em que repudia a ideologia racista e segregacionista, das quais também foi vítima. É escritora, professora, feminista, intelectual e ativista social estadunidense, com vasta experiência de ensino no meio acadêmico. Possui mais de trinta livros publicados, um de seus livros que mais se destacaram é *Ensinando a transgredir – a educação como prática da liberdade*, escrito em 1994 e lançado no Brasil, em 2013.

O livro é uma coletânea de quatorze ensaios que trazem temas em um estilo narrativo fluido que muito tem a dizer sobre a atual realidade educacional brasileira. Em seus ensaios, a autora apresenta suas experiências para revelar estratégias, dificuldades e influências no processo de se fazer professora dentro e fora de sala de aula. O livro é válido para aqueles que veem na educação – formal e não-formal – uma maneira de ampliar a capacidade de exercer liberdade, como sujeitos históricos. Ademais, é voltado tanto aos educadores quanto aos estudantes, uma vez que bell hooks, aborda tanto seu ponto de vista como professora, quanto como aluna em diferentes contextos e momentos de sua vida. Vale ressaltar que, a autora realizou seu sonho, que era o de ser escritora.

Hooks (2013) diz logo no capítulo introdutório do livro supracitado, que fora mentoreada de Paulo Freire. Não é à toa que muitas de suas ideias se assemelham às dele, pois ambos enxergaram a educação como um ato político, foram e são escritores brilhantes e muito citados no meio acadêmico, exerceram

a profissão de professor de forma problematizadora, crítica, de forma transgressora e radical para que houvesse, de fato, a prática da liberdade.

Todavia, hooks (2013, p.16) foi além de seu mentor, visto que ela foi juntando conhecimento de vários estudiosos e assim foi construindo sua própria maneira de dar aula como ela mesma dizia. “Quando fui dar minha primeira aula no curso de graduação, me apoiei no exemplo das inspiradas mulheres negras que davam aula na minha escola de ensino fundamental, na obra de Paulo Freire e no pensamento feminista sobre a pedagogia radical”. Esses três exemplos motivadores, fizeram-na a professora que foi. Ela não quis reproduzir o que vivera e sofrera, ao contrário, foi uma educadora entusiasta de seu ofício promovendo em seus alunos o êxtase em aprender.

Além disso, hooks (2013) dialoga perfeitamente com Freire, pois ambos adotaram modelos que romperam com paradigmas opressores em que nada contribuíram com a transformação, autonomia e o projeto de vida do aluno. Ambos condenaram uma educação bancária em que o professor era mero transmissor de conhecimento. Esse tipo de educação meramente conteudista, sem qualquer demonstração de empatia urge pelo desaparecimento no meio escolar, uma vez que ser invisibilizado gera frustração, exclusão, segregação culminando na evasão escolar e, era exatamente dessa forma, que o discente era visto pelo docente: como alguém vazio de conteúdo. Contudo, a escola necessita ser acolhedora, inclusiva, transformadora e humanista, com vistas a despertar em seus alunos tais virtudes.

Hooks (2013), assim como Paulo Freire, acredita na construção de uma educação humanista, antirracista, anti-homofóbica etc., que reconheça as especificidades do aluno, que quebre o silêncio, que garanta voz ao estudante, que seja capaz de estimular o senso crítico e que avance para uma prática que os liberte das opressões. Todavia, para que isso aconteça, é necessário que o professor se desfaça de modelos pedagógicos arcaicos, em que a relação professor/aluno é vista de forma vertical e hierárquica, e o aluno como um sujeito passivo e vazio de conhecimento.

Sendo assim, o professor precisa descentralizar o conhecimento teórico e aproximá-lo da prática para que haja criação de sentido na vida do alunado.

Freire (2018, p. 68) em seu livro *Educação e Mudança*, diz que “O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém” Essa é uma crítica à educação bancária. Freire e hooks são defensores da teoria da libertação.

O último ensaio presente no livro de hooks (2013), *Êxtase*, é uma reverência à “arte de ensinar”. Paradoxalmente, a autora destaca o desgaste físico e emocional que o ensino de uma pedagogia engajada implica, por exemplo, por conta do grande número de alunos nas turmas devido à maior popularidade dessas aulas frente às tradicionais da educação bancária, o que, a autora reconhece, dificulta transformar a sala de aula numa experiência de comunidade de aprendizado em que a maioria pode se expressar, ouvir e ser corresponsável pela aula. Apesar disso, bell hooks, termina seu livro com estas palavras:

A academia não é o paraíso. Mas o aprendizado é um lugar onde o paraíso pode ser criado. A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática da liberdade (HOOKS, 2013, p.273).

Há uma crise educacional provocada, muitas vezes, pela “concepção bancária” (FREIRE, 2018, p.49) que retira o sentido da educação como prática da liberdade. Outros fatores que agravam essa crise estão na falta de investimentos para a educação, a falta de valorização dos professores e melhores condições de trabalho.

Em vista disso, cria-se uma barreira para o novo. Contudo é preciso transgredir essa concepção verticalizada da educação tradicional, visto que a pedagogia engajada pressupõe que cada sala de aula é diferente, dessa forma, exige-se que as estratégias precisam permanentemente ser modificadas, ressignificadas, inventadas e reconceitualizadas para vislumbrar a prática do ensino (HOOKS, 2013).

Por fim, vale destacar também que se vive no Brasil a ascensão de forças conservadoras no cenário político e social, em que o próprio pensar,

progressista e engajado, dentro e fora das escolas, estão em constante ameaça. A autora convida professor e aluno a pensarem o território da educação como exercício da liberdade. Por isso, esse livro é tão atual.

2 A LEI 10.639/03 E A SUA APLICABILIDADE

A intervenção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto ao ensino de literatura está amparada na Lei 10.639/2003. Esta base afirma que é obrigatório “O ensino de história e cultura africana e afro-brasileira”, reforçando a perspectiva de que a literatura enquanto disciplina pode auxiliar o professor na construção de um currículo antirracista. Essa base, a partir da qual se constrói o currículo, passa pela valorização da diversidade, que abre caminho para novas formas de pensar e agir, e que oportuniza a significação e a compreensão da função estética da literatura africana e afro-brasileira estabelecendo o devido espaço dos estudos literários nas escolas e nas leituras costumeiras dos alunos. Tal orientação curricular possibilita desenvolver uma pedagogia engajada, sobretudo, pela inserção de literatura de autoria de mulheres negras.

A Lei 10.639 entrou em vigor em 2003, no entanto, nem todas as escolas do país tiveram a sua implementação efetivada. Muitas são as dificuldades para ministrar de forma eficaz os assuntos delimitados pela Lei. Para isso, são necessárias ações que possibilitem o entrosamento entre professor e aluno a respeito das temáticas sugeridas, visto que essas temáticas encontram barreiras que foram construídas desde a infância, reflexo do racismo estrutural.

A lei provocou inicialmente intensa polêmica: para alguns significava imposição, para outros, uma concessão. Porém, com a realização de diversos fóruns estaduais e nacionais, o empenho de diversos educadores e dos movimentos negros, os debates sobre o ensino da História da África e dos negros no Brasil nos currículos escolares vêm conquistando espaços como uma das formas de luta antirracista mais presente no contexto atual da sociedade brasileira.

É muito importante conhecer a Lei 10.639/03, todavia, conhecê-la e nada fazer para colocá-la em prática é como nascer e não viver. Será que de fato essa lei está sendo aplicada?

Tudo indica que não, por pelo menos três razões, conforme afirma Kabengele Munanga (2008, p.11) em seu livro *Superando o racismo na escola*. A primeira delas é a falta de preparo do professor devido ao mito da democracia racial. “Essa falta de preparo, que devemos considerar, como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos”. O professor não se sente responsável por combater o racismo, que muitas vezes ele nem reconhece como existente, pois tanto ele como a sociedade brasileira são herdeiros de uma educação eurocêntrica, assim sendo, reproduzem inconscientemente os preconceitos que envolvem a sociedade.

A segunda delas são os recursos pedagógicos que servem de apoio aos professores. “Os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais, carregam os mesmos conteúdos viciados, depreciativos e preconceituosos em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental” (MUNANGA, 2008, p.11). Por essa razão, a escolha dos instrumentos de trabalho deve ser levada a sério. Além disso, o professor precisa ter uma visão desenvolvida acerca das questões étnico-raciais para saber fazer essas escolhas.

A terceira razão, mas não menos importante, é o preconceito gerado pela interação, isto é, pelos relacionamentos dentro da escola. “Os mesmos preconceitos permeiam também o cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar” (MUNANGA, 2008, P.11). A escola, infelizmente, é um espaço onde ainda se perpetuam práticas racistas e preconceituosas. Em função disso, o professor precisa estar preparado para aproveitar esses momentos e abrir a discussão acerca das temáticas racismo e preconceito, com vistas a minimizar tais atitudes.

A escola é um dos principais espaços para refletir, ensinar e aprender sobre as diferentes raças que formam a variedade de culturas de norte a sul do país, tais como: a música, a dança, a culinária, a fala, a literatura, a forma de se vestir, os costumes e tantos outros aspectos que tornam esse povo tão diverso.

Por isso, é de extrema relevância que os textos selecionados para o ensino de língua portuguesa e literatura, independente da série, explorem temáticas que possibilitem a discussão acerca da origem e da influência de povos como os negros e os indígenas na construção do país.

E um dos instrumentos que mais faz circular textos na sala de aula é o livro didático. Logo, a coletânea de textos presentes nele deve contribuir para refletir sobre a identidade e sobre a diversidade cultural. No entanto, muitos livros assim como o currículo ainda invisibiliza e minimiza a história e a cultura africana e afro-brasileira. Esse recurso é composto pelos artefatos canônicos, repercutindo nos materiais didáticos obras eurocêntricas fragmentadas, excluindo assim qualquer obra de escritores e escritoras marginalizadas. Mas, segundo Cosson (2014, p.47), “A literatura não pode ser reduzida ao sistema canônico”, uma vez que a escola prima pela diversidade.

Vera Maria Candau (2008) trata sobre a interculturalidade e justifica assim a sua relevância, assinalando alguns desafios que considera importante para trabalhar as relações entre educação intercultural e direitos humanos. A perspectiva intercultural defendida pela autora valoriza

uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, que enfrenta os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais nas nossas sociedades e é capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas (CANDAU, 2008, p.52).

A interculturalidade no campo da educação favorece o contato entre os diferentes povos e as diversas culturas, afinal a sala de aula é e precisa ser um ambiente heterogêneo e diverso. Assim, entender e trabalhar desde cedo essas temáticas nas escolas ajuda a combater a discriminação e incentiva o respeito às diferentes culturas. Contudo, essa intersecção de cultura não tem sido difundida pelos livros didáticos conforme afirma Ana Célia da Silva (2008, p.17) quando diz que a literatura, quando é trabalhada em sala de aula, há uma preferência por gramática, geralmente tende a privilegiar os textos canônicos, “estereotipados e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania”.

Em função disso, as instituições de ensino necessitam discutir esse conteúdo de forma pedagógica e profissional, pois a educação antirracista urge pela transformação, humanidade, cidadania e democratização do ensino de qualidade, a fim de proporcionar relacionamentos tolerantes, sadios e plurais.

Bell hooks contribui para esse debate quando afirma que muitos professores não tratam das questões de raça, classe social, gênero devido ao medo de perderem o controle da sala de aula porque estas questões geram debate (HOOKS, 2013). Esse fato não favorece a prática de uma pedagogia libertadora. O medo nesse sentido precisa ser superado com uma formação contínua dos educadores, a fim de proporcionar um ambiente de diálogos entre os próprios envolvidos.

3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR ANTIRRACISTA

Preparar o profissional antirracista significa investir em uma educação holística, inclusiva, que valoriza as práticas e saberes de diferentes culturas. Isso é fundamental para desconstrução de pensamentos racistas e preconceituosos e, conseqüentemente, para a construção de uma educação antirracista, crítica e engajada.

Percebe-se, por meio das leituras supracitadas, que um empecilho é a falta de formação inicial e continuada dos profissionais da educação. É necessária uma mudança em várias esferas da sociedade, que precisa se comprometer com uma educação antirracista.

Preparar professores que efetivem em suas práticas uma forma desmistificadora de recontar a história desses povos, não é uma algo fácil. Porém, é possível por meio da formação de professores minimizar esse problema. Atualmente, muitos cursos podem ser ofertados via internet. No contexto de pandemia, há possibilidades de participar de vários eventos promovidos pelas universidades. Entretanto, muitas vezes, quem vai procurar esses cursos são profissionais que já possuem um elo com as temáticas. Infelizmente, há professores que resistem em cumprir o estabelecido em lei, professores que ainda não conseguiram romper com o racismo estrutural.

E o que dizer dos professores que estavam na ativa antes da promulgação de tais leis? Ora, se a educação em todos os seus níveis atendesse às demandas da diversidade étnico-racial e cultural que circula no seu universo, não seria imperativa a criação de leis com intuito de reparar um histórico de anulação das identidades de negros, indígenas, orientais, dentre outros, em favor de uma história concebida e propagada por ideias eurocêntricas.

Saber o conceito de educação antirracista e saber reconhecer-se como racista são formas de se policiar e de se fortalecer para o combate ao racismo, pois só cura quem admite que está doente e que precisa de ajuda. “Uma pedagogia progressiva e holística, a ‘pedagogia engajada’, é mais exigente que a pedagogia crítica” (HOOKS, 2013, p.28), quanto mais engajada, mais efeito na desconstrução de pensamentos e atitudes preconceituosas. É disso, que a educação precisa.

Freire (2018) reafirma a necessidade dos educadores criarem as condições para a construção do conhecimento pelos educandos como parte de um processo em que o professor e aluno não se reduzam à condição de objeto um do outro, porque ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Segundo o autor, essa linha de raciocínio existe porque os professores são seres humanos e, dessa maneira, ter consciência de que seres humanos são seres inacabados.

Assim, tanto Freire como hooks defendem a ideia de que os professores precisam ter um pensamento crítico para modificar o que está condicionado, mas não determinado, por isso é importante sair da subalternidade e assumir o lugar de sujeitos/autores e não apenas objetos da história.

4 DE QUE FORMA SE CONSTRÓI UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA?

Uma educação antirracista não se constrói sozinha e, muito menos, de forma imediata. Quando se trata de uma ação tão complexa como essa, demanda-se muito tempo e muito investimento em políticas públicas em educação, a fim de formar professores para que eles tenham segurança e propriedade na hora de preparar e ministrar suas aulas.

Essas aulas, não podem ser feitas à revelia, elas precisam ser bem estruturadas e planejadas para dessa forma cumprirem com os seus objetivos. O livro organizado pelo professor e sociólogo Munanga (2008) oferece algumas estratégias de ensino interessantes de como trabalhar a temática em sala de aula com vistas a provocar o aluno, a fim de despertá-lo para um olhar mais crítico e questionador acerca dos materiais pedagógicos que vêm carregados de estereótipos e caricaturas.

Treinar o olhar do aluno para esses fins é compromisso do professor, como bem disse hooks (2013). É preciso transgredir. Como? Descartando esses recursos didáticos que não oportunizam o conhecimento de outras culturas que não sejam a europeia. Caso isso não aconteça, corre-se risco de passar toda a vida acadêmica convivendo com *O perigo de uma história única* conforme afirmou Chimamanda Ngozi Adichie em uma palestra, há seis anos, para o TED (2009). Isso é o que acontece quando não se tem acesso a uma diversidade de instrumentos pedagógicos, sobretudo de literatura: o aluno fica a mercê de uma visão apresentada como canônica a enxergar apenas o que o opressor quer que o oprimido enxergue. Em contrapartida, usar estratégias pedagógicas em que o aluno se sente representado faz com que a sala de aula seja um lugar onde se presencia o êxtase do alunado, o sentimento de pertencimento, de representatividade da história e do lugar.

A escola como um todo - incluindo aqui a gestão, professores e alunos - pode gerar mudanças sociais, partindo da compreensão das políticas educacionais na relação com a prática pedagógica em sala de aula; na formação de cidadãos capazes de refletir eticamente sobre as formas de opressão e liberdade, semelhanças e diferenças, teorias e práticas, para buscarem o conhecimento como forma sustentável de ser, fazer, aprender e viver.

A professora hooks (2013, p. 245) aponta caminhos para construção de uma educação antirracista quando diz que é preciso haver intervenção que desafie o *status quo* para que haja mudança no processo pedagógico. Outro caminho, segundo a autora (...) “foi a ênfase na criação, dentro das salas de aula, de comunidade de aprendizado onde a voz de cada um possa ser ouvida, a presença de cada um possa ser reconhecida e valorizada”. Por mais que muitos

parecem que é preciso haver grandes revoluções para que o ensino antirracista se propague, fica evidente, que todas as estratégias apontam para um único caminho, o diálogo coletivo.

Por tudo isso, percebe-se que para hooks, dar voz ao aluno, reconhecer as particularidades dele como indivíduo, e estimular o pensamento crítico coletivo é fundamental para o avanço em direção à libertação das minorias. Ademais, sua obra aponta para esse caminho, por isso, é atemporal. Dessa forma, ela ensina a transgredir por meio da teoria da libertação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mito da democracia racial, o perigo da história única, a falta de tolerância, de empatia e de respeito fazem com que se provoque uma relação de opressão entre as pessoas. Essa relação trata o sujeito como se este estivesse num cabresto em que sua visão fora programada para visualizar apenas o que poderia ser visto. É inadmissível que, em pleno século XXI, essa ideologia ainda se alastre. No entanto, com o andamento da militância de intelectuais e dos movimentos negros, que trouxeram essa pauta para os meios acadêmicos, espera-se que a propagação do racismo seja minimizada.

As ideias dos professores citados, em especial de hooks, contribuíram e contribuem para mitigar o racismo em sala de aula, em especial, por parte do professor. Este profissional tanto pode influenciar o bem como o mal, a não violência como a violência, a empatia como a antipatia. Além disso, em suas trocas de aprendizagem, ele não só ensina como também aprende, fala, mas também ouve. A sala de aula, ao mesmo tempo, que exclui quando não permite algumas pautas, ela também pode incluir, quando essas mesmas pautas são aceitas e discutidas na coletividade.

Muitas vezes, é necessário transgredir para avançar em assuntos e temáticas que merecem estar no rol de prioridades. Transformar-se em um professor antirracista é antes de tudo estar aberto para as pautas urgentes da sociedade e dar voz ao oprimido, e estar pronto para ouvir as inquietações dos estudantes. Isto é pedagogia do engajamento, em que o aluno se sente valorizado e acolhido naquilo que diz e faz.

Como resultado das reflexões e das ações tomadas, ter-se-á um conhecimento ampliado, aprofundado e sistematizado, que irá contribuir para avanços acadêmicos e sociais, principalmente na conscientização do papel de cada um na sociedade.

Enfim, não há receitas prontas para combater o racismo. No entanto, a educação ainda é uma arma poderosa para desconstruir ideias preconceituosas e construir ideias democráticas, transformadoras por meio do diálogo. Por isso, o ensino deve ser transgressor para que a educação seja, de fato, uma prática da liberdade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 2003 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm.> Acesso em: 01 jan. 2021.

COSSON, Rildo. *Letramento Literário, teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2014.

CANDAU, Vera Maria. *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. Revista Brasileira de Educação, v.13, nº37 jan/abr. 2008.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 63 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

_____. *Educação e mudança*. Tradução: Lilian Lopes Martins. 39 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília. 2. ed. revisada. Brasília: MEC, 2008.

SILVA, Ana Célia da. A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. revisada. Brasília: MEC, 2008. p.17- 30.

O PERIGO da história única. TED Ideas Worth Streading. Chimamanda Adichie (Dublada por Márcia Morelli) Direção de Dublagem: Christiano Torreão
Versão Brasileira Eclipse. Disponível

em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story/transcript> Acesso em: 01 mar. 2021.